

# SUMÁRIO

Apresentação à 5. <sup>a</sup> edição – <i>Um sonho tornado realidade</i> .....	7
Apresentação à 4. <sup>a</sup> edição – <i>Enfim, a mudança</i> .....	11
Apresentação à 3. <sup>a</sup> edição – <i>Mais uma vez</i> .....	13
Apresentação à 2. <sup>a</sup> edição – <i>Por que volta</i> .....	15
Apresentação à 1. <sup>a</sup> edição – <i>A que vem</i> .....	17
1. Algumas pinceladas.....	27
2. Matrizes históricas.....	33
2.1 Antes.....	33
2.2 O papel das religiões .....	36
2.3 Como evoluiu.....	39
2.4 Saindo do armário .....	40
3. Buscando a gênese .....	42
3.1 As inúmeras nomenclaturas .....	42
3.2 Tentativas classificatórias .....	46
3.3 Na Medicina .....	48
3.4 Na Genética.....	49
3.5 Na Psicologia e na Psiquiatria .....	50
3.6 Um jeito de ser .....	53
3.7 Amor que não ousa dizer o nome .....	55
4. Uma visão global .....	57
4.1 Crime e castigo.....	57
4.2 União civil .....	58
4.3 Pacto de solidariedade.....	60
4.4 Casamento.....	61
4.5 Adoção.....	62
4.6 Outros direitos.....	63
4.7 Declaração dos Direitos Sexuais.....	65
4.8 Princípios de Yogyakarta .....	66

5. Panorama local.....	68
5.1 A Constituição.....	68
5.2 A legislação infraconstitucional.....	69
5.3 Tentativas legislativas.....	70
5.4 Homofobia.....	74
5.5 Avanços recentes.....	77
6. Perfil constitucional.....	80
6.1 Os direitos humanos desdobrados em gerações.....	82
6.2 Direito à sexualidade e direitos humanos.....	84
6.3 Princípios constitucionais.....	86
6.3.1 A dignidade humana como valor maior.....	87
6.3.2 A liberdade de optar.....	89
6.3.3 A igualdade desigual.....	90
6.3.4 O afeto como princípio.....	93
6.3.5 A felicidade como fim.....	93
6.4 Entre regras e princípios.....	94
6.5 Colisão de princípios.....	96
6.6 A constitucionalização da entidade familiar.....	98
7. Interfaces da família.....	100
7.1 O modelo codificado.....	103
7.2 Vínculos extramatrimoniais.....	104
7.3 Entidade familiar constitucionalizada.....	106
7.4 Família homoafetiva.....	107
8. O fim de uma histórica omissão.....	111
8.1 O modelo sacralizado.....	112
8.2 Sociedade de fato e sociedade de afeto.....	115
8.3 O silêncio do Código Civil.....	117
8.4 A Lei Maria da Penha.....	119
8.5 Estatuto da Diversidade Sexual.....	121
9. Caminhos percorridos.....	125
9.1 Argumentos de ordem constitucional.....	126
9.2 Analogia, princípios gerais de direito e costumes.....	128
9.3 O primeiro passo: sociedade de fato.....	132

9.4	Um subterfúgio: união estável.....	133
9.5	Registro dos vínculos de convivência.....	135
9.6	O direito de acesso ao casamento.....	136
10.	União estável homoafetiva .....	140
10.1	Resistências de natureza processual .....	140
10.1.1	Possibilidade jurídica do pedido .....	140
10.1.2	Definição da competência .....	142
10.2	União estável homoafetiva .....	143
10.2.1	Um novo estado civil.....	146
10.2.2	Partilha de bens.....	147
10.3	Obrigação alimentar .....	148
10.4	Bem de família.....	151
10.5	Direito sucessório .....	152
10.5.1	Condição de herdeiro .....	154
10.5.2	Exercício da inventariança .....	156
10.5.3	Direito de posse e direito real de habitação.....	156
10.6	Direitos previdenciários .....	158
11.	Homoparentalidade e filiação.....	160
11.1	Adoção.....	162
11.1.1	Adoção unilateral .....	165
11.1.2	Adoção conjunta.....	166
11.1.3	Habilitação conjunta .....	167
11.1.4	Sequelas que inexistem.....	168
11.1.5	Um viés social.....	169
11.1.6	Conquistas judiciais .....	171
11.2	Reprodução assistida .....	173
11.3	Pais homossexuais.....	175
12.	Transexualidade e o direito de mudar .....	177
12.1	Troca de sexo? .....	180
12.2	Questões éticas e legais .....	182
12.3	Alteração do nome e da identidade de gênero .....	184
12.4	Um homem que todos veem e uma mulher que não existe .....	186
12.5	Avanços e retrocessos .....	188

12.6	Ação cabível e foro competente.....	189
12.7	O direito ao sigilo .....	189
12.8	A possibilidade de casar .....	191
12.9	A omissão da verdade.....	193
12.10	O transexual casado .....	193
12.11	Reflexos na prole .....	194
13.	As conquistas nos Tribunais Superiores.....	197
13.1	Superior Tribunal de Justiça.....	198
13.2	Supremo Tribunal Federal.....	201
13.2.1	Eficácia contra todos e efeito vinculante.....	207
13.2.2	Efeitos da decisão e coisa julgada.....	208
14.	Direitos assegurados em sede administrativa .....	211
14.1	Pensão por morte .....	212
14.2	Condição de dependente.....	212
14.3	Seguro DPVAT .....	212
14.4	Visto de permanência .....	213
14.5	Visita íntima .....	214
14.6	Imposto de Renda.....	214
14.7	Financiamento habitacional.....	214
14.8	Doação de sangue.....	214
14.9	Reprodução assistida .....	214
14.10	Mudança de sexo.....	215
14.11	Uso do nome social .....	215
<b>Anexos</b>		
I.	Proposta de Emenda Constitucional.....	218
I.1	– Ofício de encaminhamento .....	218
I.2	– Proposta de Emenda Constitucional.....	220
I.3	– Justificativa.....	221
II.	Anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual.....	223
II.1	– Ofício de encaminhamento .....	223
II.2	– Apresentação.....	225
II.3	– Exposição de motivos .....	227

II.4 – Anteprojeto .....	230
II.5 – Legislação infraconstitucional a ser alterada .....	242
III. Normatizações.....	263
III.1 – Resolução 01/1999, do Conselho Federal de Psicologia, de 22.03.1999 .....	263
III.2 – Instrução Normativa 25/2000, do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, de 07.06.2000.....	265
III.3 – Circular 257/2004, da Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda, de 21.06.2004 .....	267
III.4 – Resolução 489, do Conselho Federal de Serviço Social, de 03.06.2006 .....	268
III.5 – Resolução 39/2007, do Conselho Nacional de Justiça, de 14.08.2007 ..	270
III.6 – Resolução Normativa 77/2008, do Conselho Nacional de Imigração, de 29.01.2008 .....	273
III.7 – Portaria 1.707/2008, do Ministério da Saúde, de 18.08.2008 .....	275
III.8 – Ato Deliberativo 27, do Supremo Tribunal Federal, de 26.06.2009 ....	277
III.9 – Resolução 33.131-7/2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de 24.02.2010.....	279
III.10 – Súmula Normativa 12, da Agência Nacional da Saúde Suplementar, de 04.05.2010.....	280
III.11 – Portaria 233, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 18.05.2010.....	281
III.12 – Resolução 1.955/2010, do Conselho Federal e Medicina, de 03.09.2010.....	282
III.13 – Portaria 513, do Ministério da Previdência Social, de 09.12.2010...	285
III.14 – Portaria 1.353, do Ministério da Saúde, de 13.06.2011 .....	286
III.15 – Resolução 14/2011, do Conselho Federal de Psicologia, de 20.06.2011 .....	288
III.16 – Resolução 04/2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de 29.06.2011 .....	289
Referências Bibliográficas.....	291
Livros de temática LGBTT.....	301
Outras obras da autora .....	303